SEEC-RN

Professor de Informática

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna 1
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos 23
Emprego de tempos e modos dos verbos em português. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais 25
Processos de formação de palavras 43
Mecanismos de flexão dos nomes e verbos 45
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação 51
Concordância nominal e verbal 56
Transitividade e regência de nomes e verbos 59
Padrões gerais de colocação pronominal no português 61
Mecanismos de coesão textual 64
Ortografia 66
Acentuação gráfica 68
Emprego do sinal indicativo de crase 71
Pontuação 72
Estilística: figuras de linguagem 77
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo 82
Variação linguística 88
Norma culta 89
Questões 92
Gabarito 103

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações; Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações; A organizacao da educacao básica: LDB Lei Federal n 9394/96 e suas alterações posteriores; princípios e fins da educacao nacional 1
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90 33
Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 99

Maxi educa

SUMÁRIO

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007 131
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos 132
Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) 188
A educacao básica: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar 212
Diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação infantil 214
Parâmetros curriculares nacionais 230
Questões 290
Gabarito 297

DIDÁTICA

Fundamentos da educação 1
Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas 10
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação 11
Educação em direitos humanos, democracia e cidadania 13
Democracia e cidadania 17
A função social da escola 18
Inclusão educacional e respeito à diversidade 20
Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica 21
Didática e organização do ensino 37
Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem 43
Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica 45
Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino 47
Questões 49
Gabarito 56

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIDADANIA

Direitos Humanos: Introdução aos Direitos Humanos 1
Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais; Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais 5
Mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil e no mundo 26
Direitos Humanos e Educação; O papel da educação na promoção e proteção dos direitos humanos 29

SUMÁRIO

Ética: Fundamentos da Ética; Conceitos básicos de ética: moralidade, dever, virtude e utilitarismo; principais teorias éticas: deontologia, consequencialismo, ética das virtudes 32
Ética e diversidade cultural: relativismo e universalismo ético 37
Ética profissional e responsabilidade social 38
Cidadania: Cidadania e Participação; Conceito e evolução da cidadania; Cidadania ativa e direitos e deveres dos cidadãos 41
Mecanismos de participação política e social: eleições, movimentos sociais, e participação comunitária 45
Educação para a cidadania: práticas pedagógicas e estratégias para o ensino da cidadania 49
Questões 51
Gabarito 57

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Aspectos práticos do ensino de Informática 1
Algoritmo e programação 3
Redes de computadores 10
Aspectos básicos de Arquitetura e Organização de Computadores 21
Linguagem de programação orientada a objetos 23
Estrutura de dados 29
Engenharia de Software 35
Sistemas Operacionais 37
Programação para Web 40
Banco de dados 43
Programação Avançada 54
Os Parametros Curriculares Nacionais e o ensino de Informática. Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar (ISBN 978-65-999960-0-9) 57
Questões 59
Gabarito 64

Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

Didática

Fundamentos da Educação[1]

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

— Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdien e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, consequentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

---

1 https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/

Direitos Humanos, Ética E Cidadania

Os **Direitos Humanos**[1] refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. Compõem uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Invocam uma plataforma emancipatória voltada à proteção da dignidade humana. No mesmo sentido, Celso Lafer, lembrando Danièle Lochak, realça que os direitos humanos não traduzem uma história linear, não compõem a história de uma marcha triunfal, nem a história de uma causa perdida de antemão, mas a história de um combate.

Considerando a historicidade dos direitos humanos, destacase a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, que veio a ser introduzida pela Declaração Universal de 1948 e reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi ocasionada, principalmente, pela tragédia humanitária ocorrida no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A Declaração de 1948 inova a compreensão dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e pela indivisibilidade desses direitos.

A Universalidade, pois, clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade, esta como valor intrínseco à condição humana. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são.

Os direitos humanos compõem, assim, unidade indivisível, interdependente e interrelacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos com o catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais. Sob essa perspectiva integral, identificam-se dois impactos:

a) a inter-relação e a interdependência das diversas categorias de direitos humanos; e

b) a paridade em grau de relevância de direitos sociais e de direitos civis e políticos.

A concepção contemporânea de direitos humanos caracteriza-se pelos processos de universalização e internacionalização desses direitos, compreendidos sob o prisma de sua indivisibilidade. Ressalte-se que a Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, reitera a concepção da Declaração de 1948, quando, em seu § 5º, afirma:

"Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase".

A Declaração de Viena de 1993, por sua vez, subscrita por 171 Estados, endossa a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, revigorando o lastro de legitimidade da chamada concepção contemporânea de direitos humanos, introduzida pela Declaração de 1948. Note-se que, enquanto consenso do "pós-Guerra", a Declaração de 1948 foi adotada por 48 Estados, com 8 abstenções.

Assim, a Declaração de Viena de 1993 estende, renova e amplia o consenso sobre a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos. A Declaração de Viena afirma ainda a interdependência entre os valores dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento.

Não há direitos humanos sem democracia, nem tampouco democracia sem direitos humanos. Vale dizer, o regime mais compatível com a proteção dos direitos humanos é o regime democrático. Atualmente, 140 Estados, dos quase 200 Estados que integram a ordem internacional, realizam eleições periódicas. Contudo, apenas 82 Estados (o que representa 57% da população mundial) são considerados plenamente democráticos. Em 1985, esse percentual era de 38%, compreendendo 44 Estados. O pleno exercício dos direitos políticos pode implicar o "empoderamento" das populações mais vulneráveis, o aumento de sua capacidade de pressão, articulação e mobilização políticas.

---

1 [Piovesan, Flávia. Temas de direitos humanos. (12th edição). Grupo GEN, 2023.]

Conhecimentos Específicos

O ensino de informática vem se consolidando como um pilar essencial na educação moderna. Em um mundo cada vez mais digital, o domínio das ferramentas e conhecimentos informáticos é fundamental para que as novas gerações possam atuar de forma autônoma, eficiente e crítica. O acesso à informática proporciona aos alunos não só habilidades técnicas, mas também uma compreensão profunda sobre como a tecnologia influencia e transforma o ambiente social, profissional e pessoal.

O ensino de informática vai além de aprender a utilizar computadores; ele se integra a uma educação que visa desenvolver habilidades de resolução de problemas, pensamento lógico e capacidade de adaptação em um cenário de inovações constantes. Essa abordagem prática e aplicada ganha ainda mais importância ao preparar os alunos para o mercado de trabalho, que exige conhecimento tecnológico e adaptabilidade, e também para uma participação consciente e crítica como cidadãos digitais.

Benefícios do Ensino Prático de Informática

Os benefícios do ensino de informática quando adotado de forma prática e interativa são amplos, atingindo áreas que vão desde o desenvolvimento de habilidades técnicas até a construção de competências sociais e de pensamento crítico. Abaixo, destacamos alguns desses principais benefícios.

– **Desenvolvimento de Habilidades Essenciais:** Ensinar informática de maneira prática permite que os alunos desenvolvam habilidades como digitação, pesquisa eficiente, uso de ferramentas de produtividade e até programação básica. Essas competências são fundamentais para a realização de tarefas no ambiente escolar e, futuramente, em profissões que dependem de ferramentas digitais.

– **Incentivo ao Pensamento Crítico e à Resolução de Problemas:** A resolução de problemas é uma habilidade central no ensino prático da informática. Exercícios que envolvem programação, simulação e até jogos digitais incentivam os alunos a analisar situações, pensar em alternativas e solucionar questões, promovendo um raciocínio lógico e estruturado.

– **Preparação para o Mercado de Trabalho:** À medida que a tecnologia avança, o mercado de trabalho passa a exigir habilidades em informática, até mesmo para posições que, tradicionalmente, não eram diretamente relacionadas a essa área. Além disso, o ensino de informática prepara os alunos para serem cidadãos digitais críticos, capazes de navegar com segurança e ética no mundo online.

A prática é o que torna o ensino de informática significativo, pois oferece experiências que solidificam o conhecimento teórico e capacitam os alunos para o uso da tecnologia em situações reais.

Estratégias para o Ensino Prático de Informática

Existem diversas metodologias que potencializam o aprendizado prático em informática, promovendo a interação e o engajamento dos alunos. Destacam-se algumas das estratégias mais eficazes para tornar esse ensino mais significativo e produtivo:

– **Uso de Projetos e Atividades Práticas:** Uma abordagem de projetos permite que os alunos desenvolvam algo real e aplicável. Um exemplo é pedir que criem blogs, páginas de apresentação ou desenvolvam planilhas, colocando em prática o que aprenderam em aula.

– **Aprendizagem Baseada em Problemas Reais:** Utilizar problemas reais que possam ser resolvidos com as ferramentas tecnológicas permite que os alunos compreendam a aplicabilidade prática dos conteúdos. Por exemplo, em vez de apenas aprender sobre tabelas, os alunos podem trabalhar com a organização de dados reais, como orçamento familiar ou simulação de pequenos negócios.